



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE		
PARTE B	ASSEMBLEIA NACIONAL: <i>Secretaria-Geral:</i> Extracto de despacho n.º 1483/2016: Nomeando, Aldina Maria Barradas Semedo, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária do 1.º Vice-Presidente da Assembleia Nacional. 1462 Extracto de despacho n.º 1484/2016: Nomeando, Rosania Filomena Pina Lopes, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária de Secretário da Mesa da Assembleia Nacional. 1462 Comunicação n.º 85/2016: Comunicando a rescisão do contrato de trabalho a termo certo de Claudina Amaro Ribeiro, no cargo de apoio operacional nível I, na Residência Oficial do Presidente da Assembleia Nacional. 1462	
	PARTE C	CONSELHO DE MINISTROS: Resolução n.º 85/2016 (II Série): Dá por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Talina Ben' Holiel Pereira Silva, no cargo de Presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género. 1462 CHEFIA DO GOVERNO: <i>Gabinete do Primeiro Ministro:</i> Rectificação n.º 162/2016: Rectificando o despacho n.º 70/2016, de 15 de setembro, que delega poderes na S. Ex.ª o Ministro dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros, Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade, para a declaração de Utilidade Pública às Pessoas Coletivas, publicada no <i>Boletim Oficial</i> n.º 48, II Série de 3 de outubro de 2016. 1462 <i>Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo:</i> Extracto de despacho n.º 1485/2016: Nomeando, João de Deus Almeida, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de condutor da Secretária-Geral do Governo. 1462

Extracto de despacho nº 1486/2016:

Dando por finda a comissão ordinária de serviço, de Leila Cristina Monteiro Varela, no cargo de secretária de S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros. 1463

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:***Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1487/2016:**

Nomeando, Claudino Maria Monteiro Semedo, para, em comissão de serviço para exercer o cargo de assessor de S. Ex^a o Ministro das Finanças. 1463

Extracto de despacho nº 1488/2016:

Nomeando, Edna Maria Cardoso Barbosa, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de secretária de S. Ex^a o Ministro das Finanças. 1463

Extracto de despacho nº 1489/2016:

Nomeando, Jacione Lopes Mendes, nomeado em comissão de serviço para exercer o cargo de condutor de S. Ex^a o Ministro das Finanças. 1463

Extracto de despacho nº 1490/2016:

Concedendo licença sem vencimento a João Emanuel dos Santos Barbosa Mendes, inspector superior de finanças, do quadro de pessoal da Inspeção Geral das Finanças, do Ministério das Finanças. 1463

Extracto de despacho nº 1491/2016:

Rescindindo o contrato de trabalho a termo certo de José Eduardo Pélico de Oliveira Neto Lopes da Silva, contratado para exercer as funções de técnico nível I, do Regime Geral do Ministério das Finanças, na Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão. 1463

Direcção Nacional da Administração Pública:**Extracto de despacho nº 1492/2016:**

Aposentando, Carlos Alberto Virgolino dos Reis Borges, apoio operacional nível V, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente. 1462

Extracto de despacho nº 1493/2016:

Aposentando, Deolinda Pina Araújo, ex- operadora de informática, do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Eleições. 1464

Extracto de despacho nº 1494/2016:

Fixando, uma pensão de sobrevivência a favor de Maria de Lurdes Gomes Duarte Cabral, na qualidade de cônjuge e mãe representante das filhas menores de João Mendes Cabral, ex-professor do ensino básico, aposentado. 1464

Extracto de despacho nº 1495/2016:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Gilvánea Joacyra Duarte Cabral, na qualidade de filha maior de João Mendes Cabral, ex-professor do ensino básico, aposentado. 1464

Extracto de despacho nº 1496/2016:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Gilvan Joacy Duarte Cabral, na qualidade de filho maior de João Mendes Cabral, ex-professor do ensino básico, aposentado. 1464

Extracto de despacho nº 1497/2016:

Aposentando, Benjamin Barreto Olímpio da Rosa, bombeiro municipal, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia. 1464

Extracto de despacho nº 1498/2016:

Aposentando, Alcídia de Fátima Gomes da Fonseca Leite Évora, professora do ensino básico assistente nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1465

Extracto de despacho nº 1499/2016:

Aposentando, Manuel de Jesus Pereira de Carvalho, monitor especial do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1465

Extracto de despacho nº 1500/2016:

Aposentando, João Monteiro Fernandes, ex-jornaleiro do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente. 1465

Extracto de despacho nº 1501/2016:

Aposentando, Francisca de Melo, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente. 1465

Extracto de despacho nº 1502/2016:

Aposentando, Jorge Monteiro, apoio operacional nível V, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna. 1465

Extracto de despacho nº 1503/2016:

Aposentando, Mário Fernandes Cabral, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente. 1465

Extracto de despacho nº 1504/2016:

Aposentando, Olímpio da Luz, pessoal auxiliar do quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde. 1465

Extracto de despacho nº 1505/2016:	
Aposentando, Manuel da Luz da Silva Lopes Gonçalves, professor do ensino secundário nível III, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1466
Extracto de despacho nº 1506/2016:	
Aposentando, Sebastião Aquino Lopes Baptista, professor do ensino secundário assistente nível II, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1466
Extracto de despacho nº 1507/2016:	
Aposentando, Maria das Dores Sousa Andrade, professora do ensino básico nível III, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1466
Extracto de despacho nº 1508/2016:	
Aposentando, Maria Teresa Landim Leal, apoio operacional nível 1/I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1466
Extracto de despacho nº 1509/2016:	
Aposentando, António João da Cruz, professor primário, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1466
Extracto de despacho nº 1510/2016:	
Aposentando, Amália Maria Vera Cruz de Melo Lopes, professora auxiliar, do quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde.....	1466
Extracto de despacho nº 1511/2016:	
Aposentando, Paula Delgado Freitas, professora do ensino básico assistente nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1467
Extracto de despacho nº 1512/2016:	
Aposentando, Joaquim dos Santos Anes, professor do ensino básico assistente nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1467
Extracto de despacho nº 1513/2016:	
Aposentando, Carlos Alberto Oliveira Brito da Graça, professor do ensino básico assistente nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1467
Extracto de despacho nº 1514/2016:	
Aposentando, Arnaldo Delgado, Embaixador de nível I, do quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores.....	1467
Extracto de despacho nº 1515/2016:	
Aposentando, Jorge Humberto Ferreira Lopes, professor do ensino secundário nível III, do quadro de pessoal do Ministério da Educação.....	1467
Extracto de despacho nº 1516/2016:	
Aposentando, José Pedro Nascimento Martins, do quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde.....	1467
Extracto de despacho nº 1517/2016:	
Aposentando, Manuel de Nascimento de Carvalho Ribeiro, subchefe da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna.....	1468
Extracto de despacho nº 1518/2016:	
Aposentando, Jorge Ramiro da Cruz Ramalho, ex-operador de 3ª classe do quadro de pessoal do ex-Correios Telegrafo Telefones de Cabo Verde.....	1468
Rectificação nº 163/2016:	
Rectificando o extrato do despacho publicado no <i>Boletim Oficial</i> nº 50 de 13 de Outubro de 2016, respeitante a aposentação de Salazar de Jesus Leite, professor do ensino secundário nível I, do quadro do Ministério da Educação.....	1468
Rectificação nº 164/2016:	
Rectificando o extrato do despacho publicado no <i>Boletim Oficial</i> nº 50 de 13 de Outubro de 2016, respeitante a aposentação de Maria de Fátima Lopes dos Reis Morais, professora do ensino secundário nível I, do quadro do Ministério da Educação.....	1468
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO:	
<i>Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i>	
Extracto de despacho nº 1519/2016:	
Nomeando em comissão de serviço, Sara Emília de Figueiredo Santos, designada para exercer as funções de assessora de S. Ex ^a o Ministro da Economia e Emprego.....	1468
Extracto de despacho nº 1520/2016:	
Nomeando em comissão de serviço, Vlademiro Osvaldo Almeida Marçal, designado para exercer as funções de assessor do S. Ex ^a o Ministro da Economia e Emprego.....	1468
Extracto de despacho nº 1521/2016:	
Nomeando em comissão de serviço, Jorge Alberto Melício Silva, para exercer as funções de assessor do S. Ex ^a o Ministro da Economia e Emprego.....	1469
Extracto de despacho nº 1522/2016:	
Dando por finda, o contrato de gestão, de Amílcar Aristides Pereira de Sousa Monteiro, no cargo de Diretor Geral de Indústria e Comércio – DGIC, do Ministério da Economia e Emprego.....	1469

MINISTÉRIO DA DEFESA:*Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto de despacho nº 1523/2016:**

Nomeando em comissão de serviço, Adilson Esequiel Sena Maia Ortet, para exercer o cargo de assessor de S. Ex^a o Ministro da Defesa. 1469

Extracto de despacho nº 1524/2016:

Nomeando em comissão de serviço, Edson Moniz Moreno, para exercer o cargo de assessor de S. Ex^a o Ministro da Defesa. 1469

Extracto de despacho nº 1525/2016:

Nomeando, Sandra Patrícia dos Reis Silva, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de assessora de S. Ex^a o Ministro da Defesa. 1469

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:*Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto do despacho nº 1526/2016:**

Autorizando o regresso ao serviço de Nilsa Sandra Moniz Monteiro Gomes, apoio operacional, nível I, no Gabinete da Ministra da Justiça e Trabalho, que se encontrava de licença sem vencimento. 1469

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E INCLUSÃO SOCIAL:*Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente:***Extracto de despacho nº 1527/2016:**

Nomeando, Queila Sofia de Oliveira Andrade Soares, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegada do ICCA na Ilha do Sal. 1469

MINISTÉRIO DA CULTURA E INDUSTRIAS CRIATIVAS:*Instituto do Património Cultural:***Extracto de despacho nº 1528/2016:**

Nomeando, Maria Eugénia Gomes Alves e Sandra Helena Mascarenhas Lopes Martins, para, em comissão ordinária de serviço, exercerem os cargos de Diretora de Museologia e Museus, e de Diretora do Património Imaterial, respectivamente. 1470

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:*Gabinete dos Ministros:***Despacho conjunto nº 1529/2016:**

Fixando as remunerações íliquidas dos membros do Conselho de Administração do HAN. 1470

Despacho conjunto nº 1530/2016:

Alargando o grupo de trabalho anteriormente existente para o reforço da Atenção Primária, constituído pelos técnicos que indica. 1470

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:*Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto de despacho nº 1531/2016:**

Nomeando, Maria Teresa Teixeira Martins Lima, médica especialista em ginecologia e obstetrícia, para ocupar o cargo de médica graduada. 1471

Extracto de despacho nº 1532/2016:

Nomeando, Sílvia da Moura Jorge Ferreira, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de secretária de S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social. 1471

Extracto de despacho nº 1533/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Carrina Iduarda Rodrigues Cruz Lima, enfermeira geral, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde da Praia. 1471

Extracto de despacho nº 1534/2016:

Nomeando, Celestino Mendes Gomes, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de condutor de S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social. 1471

Extracto de despacho nº 1535/2016:

Nomeando, Silvestre Monteiro Garcia, para, em comissão de serviço exercer o cargo de condutor de S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social. 1471

Extracto de despacho nº 1536/2016:

Colocando em regime de dedicação exclusiva, Joana de Pina Alves, médica geral, exercendo a função de Delegada de Saúde de São Filipe, Ilha do Fogo. 1471

Extracto de despacho nº 1537/2016:

Transferindo, Emanuel Pires Pereira da Silva, do quadro do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Regional de Santiago Norte, para o Hospital “Dr. Agostinho Neto”. 1471

Anulação nº 17/2016:

Anulando a publicação, feita no *Boletim Oficial* nº 47, II Série de 26 de Setembro de 2016, referente a autorização do regresso ao serviço, da técnica sénior de nível II, Edna Duarte Lopes. 1471

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO:*Instituto de Estradas:***Extracto de contrato de trabalho nº 26/2016:**

Contratando, Nuno Miguel Gomes Vieira, para exercer as funções de técnico auxiliar, do Instituto de Estradas. 1471

PARTE D	<p style="text-align: center;">CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL:</p> <p><i>Secretaria:</i></p> <p>Extracto de acordo n° 65/2016:</p> <p>Aplicando a pena de aposentação compulsiva à Amândio Honório de Jesus Delgado de Brito, Juiz de Direito de 2ª Classe, colocado no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia..... 1472</p>
PARTE E	<p style="text-align: center;">FUNDAÇÃO CABO-VERDIANA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:</p> <p><i>Gabinete do Presidente:</i></p> <p>Rectificação n° 165/2016:</p> <p>Rectificando o extrato do despacho publicado no <i>Boletim Oficial</i> de n° 51 II Série, de 20 de outubro de 2016, que nomeia Maria José Gomes da Veiga como Diretora de Gabinete..... 1472</p> <p style="text-align: center;">INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE GÉNERO:</p> <p><i>Direção de Serviço:</i></p> <p>Extracto de despacho n° 1538/2016:</p> <p>Concedendo licença sem retribuição a Talina Ben' Holiel Pereira Silva, técnica superior do quadro pessoal do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género – ICIEG. 1472</p>
PARTE G	<p style="text-align: center;">MUNICÍPIO DO MAIO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de despacho n° 1539/2016:</p> <p>Reconduzindo, Agnelo Boaventura Silva Jorge, no cargo de assessor de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal, e nomeando Loide Eunice Morais Araújo, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de secretária de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal..... 1473</p> <p style="text-align: center;">MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de deliberação n° 37/2016:</p> <p>Nomeando, Socorro de Andrade Nunes, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de secretário municipal, da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo. 1473</p> <p style="text-align: center;">MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de despacho n° 1540/2016:</p> <p>Dando por finda o desempenho de José Mário Gomes Nunes, no cargo de Director de Gabinete Técnico da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo. 1473</p> <p>Extracto de despacho n° 1541/2016:</p> <p>Dando por finda o desempenho de Evanilsa Maria dos Reis Monteiro, no cargo de Directora de Saneamento da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo. 1473</p> <p>Extracto de despacho n° 1542/2016:</p> <p>Dando por finda a comissão de serviço de Ângelo da Conceição Torres Lopes, no cargo de chefe de secção da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo. 1473</p> <p>Extracto de despacho n° 1543/2016:</p> <p>Dando por finda a comissão de serviço de Salvador Luciano Chaves Gonçalves, no cargo de chefe de secção da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo. 1473</p> <p>Extracto de despacho n° 1544/2016:</p> <p>Dando por finda a comissão de serviço de Silvino de Melo Vaz, no cargo de chefe de secção na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo..... 1473</p> <p>Extracto de despacho n° 1545/2016:</p> <p>Concedendo licença sem retribuição, à Maria de Fátima Martins dos Reis, apoio operacional nível I, da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo. 1473</p>

PARTE B**ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

Extracto de despacho nº 1483/2016 – De S. Ex.^a o Presidente da Assembleia Nacional, em exercício:

De 3 de Outubro de 2016:

Aldina Maria Barradas Semedo, licenciada em geografia e gestão do território, nomeada, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária do 1.º Vice-Presidente da Assembleia Nacional, nos termos dos artigos 8.º e 15.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com o artigo 3.º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto, os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, e alínea b) do artigo 14.º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 17 de Agosto de 2016.

Extracto de despacho nº 1484/2016 – De S. Ex.^a o Presidente da Assembleia Nacional, em exercício:

De 3 de Outubro de 2016:

Rosania Filomena Pina Lopes, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária de Secretário da Mesa da

Assembleia Nacional, nos termos dos artigos 8.º e 15.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com o artigo 3.º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto, os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, e alínea b) do artigo 14.º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 17 de Agosto de 2016.

As despesas têm cabimento no código 02.01.01.01.01 do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para 2016. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Comunicação nº 85/2016

Claudina Amaro Ribeiro, contratada a termo certo para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível I, ex-ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, na residência oficial do Presidente da Assembleia Nacional, é rescindido o referido contrato, nos termos de nº 2 do artigo segundo do contrato, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2016.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 7 de Outubro de 2016. – A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*.

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS**

Resolução nº 85/2016 (II Série)
de 28 de outubro

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão de serviço

É dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Talina Ben' Holiel Pereira Silva, no cargo de Presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG).

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 12 de outubro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros em 1 de outubro de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

—oŝo—

CHEFIA DO GOVERNO**Gabinete do Primeiro Ministro****Retificação nº 162/2016**

Por ter saído de forma inexata o Despacho n.º 70/2016, de 15 de setembro, que delega poderes na S. Ex.^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros, Dr. Fernando

Elísio Leboucher Freire de Andrade, para a declaração de Utilidade Pública às Pessoas Coletivas, publicada no *Boletim Oficial* n.º 48, II Série de 3 de outubro de 2016, retifica-se o texto abaixo indicado, na parte que interessa:

Onde se lê:

“...os poderes que me são conferidos pelo artigo n.º 4 do Decreto-Lei n.º 59/2005...”

Deve-se ler:

“... todos os poderes que me são conferidos pelo Decreto-Lei n.º 59/2005 ...”

Onde se lê:

“...no âmbito da competência para a atribuição da declaração das pessoas coletivas de utilidade pública ...”

Deve-se ler:

“... no âmbito da competência para a declaração de Utilidade Pública às Pessoas Coletivas ...”

Gabinete do Primeiro Ministro, na Praia, aos 25 de Outubro de 2016. – A Assessora especial, *Sara Baptista Spínola*

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 1485/2016 – Da S. Ex.^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros:

De 23 de setembro de 2016:

João de Deus Almeida, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de condutor da Secretária-Geral do Governo, nos

termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, artigo 3º, da lei nº 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugados com os artigos 96º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação orçamental do pessoal do quadro especial, inscrita no código económico 02.01.01.02 do Orçamento em execução da Secretaria Geral do Governo.

Extrato do despacho nº 1486/2016 – Da S. Exª o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros:

De 20 de Outubro de 2016:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço, de Leila Cristina Monteiro Varela, no cargo de secretária de S. Exª o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros, a seu pedido, nos termos da alínea *a*) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 49 de 10 de setembro de 2014, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão a Chefia do Governo, na Praia, aos 25 de outubro de 2016. – A Diretora Geral, *Maria Alice Lacerda da Costa*.

o

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1487/2016 – De S. Exª o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Claudino Maria Monteiro Semedo, técnico superior de finanças principal, referência 16, escalão D, do quadro de pessoal da Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, mestre em economia e mestre em administração pública, nomeado em comissão de serviço para exercer o cargo de assessor de S. Exª o Ministro das Finanças, nos termos do artigo 5º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014 de 10 de Setembro, nº 1 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016 de 11 de Agosto, que altera o artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009 de 27 de Julho, conjugados com a alínea *b*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1488/2016 – De S. Exª o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Edna Maria Cardoso Barbosa, nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de secretária de S. Exª o Ministro das Finanças, nos termos do artigo 3º e alínea *i*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, nº 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto, que altera o artigos 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, conjugado com a alínea *b*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Extracto de despacho nº 1489/2016 – De S. Exª o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Jacione Lopes Mendes, nomeado em comissão de serviço para exercer o cargo de condutor de S. Exª o Ministro das Finanças, nos termos do artigo 3º e nº 1 do artigo 4º ambos do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, nº 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto, que altera o artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, conjugado com a alínea *b*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1490/2016 – De S. Exª o Ministro das Finanças:

De 20 de Setembro de 2016:

João Emanuel dos Santos Barbosa Mendes, inspector superior de finanças, referência 15, escalão B, do quadro de pessoal da Inspeção Geral das Finanças, do Ministério das Finanças, concedido licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 50º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1491/2016 – De S. Exª o Ministro das Finanças:

De 20 de Setembro de 2016:

José Eduardo Pélico de Oliveira Neto Lopes da Silva, licenciado em psicologia – ramo organizacional, contratado para exercer as funções de técnico nível I, do Regime Geral do Ministério das Finanças, na Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, conforme publicação no *Boletim Oficial* nº 25, II Série de 12 de Maio de 2015, é rescindido a seu pedido o referido contrato de trabalho a termo certo, nos termos da alínea *c*) do nº 1 do artigo 29º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea *e*) do artigo 214º do Código Laboral aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, com efeitos a partir de 30 de Setembro de 2016.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 24 de Outubro de 2016. – A Directora Geral, *Jessica Sancha*.

Direcção Nacional da Administração Pública

Extracto de despacho nº 1492/2016 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 11 de Agosto de 2016:

Carlos Alberto Virgolino dos Reis Borges, apoio operacional nível V, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente – aposentado nos termos da alínea *b*) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 463.500\$00 (quatrocentos e sessenta e três mil e quinhentos escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 31 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 17 de Novembro de 2014 do Director Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos, 8 meses e 19 dias.

O montante em dívida no valor de 60.343\$00 (sessenta mil trezentos e quarenta e três escudos), poderá ser amortizado em 25 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.087\$00 e as restantes de 2.469\$00.

É revisto o despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competências de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 38 de 28 de Junho de 2016.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1493/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 19 de Agosto de 2016:

Deolinda Pina Araújo, ex-operadora de informática do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Eleições – aposentada por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 5 de Maio de 2016 e homologado por despacho do Ministro da Saúde em 11 de Maio de 2016, nos termos da alínea *a*), n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 100.584\$00 (cem mil quinhentos e oitenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 14 anos e 3 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 24 de Março de 2015 do Director Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos, 3 meses e 25 dias.

O montante em dívida no valor de 254.657\$00 (duzentos e cinquenta e quatro mil seiscientos e cinquenta e sete escudos), poderá ser amortizado em 304 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 743\$00 e as restantes de 838\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1494/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Maria de Lurdes Gomes Duarte Cabral, na qualidade de cônjuge e mãe representante das filhas menores de João Mendes Cabral, ex-professor do ensino básico, aposentado, falecido a 28 de Maio de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º, e 70.º n.º 1 alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência à seu favor e das filhas menores, no valor anual de 361.704\$00 (trezentos e sessenta e um mil, setecentos e quatro escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva241.128\$00

Filhos menores:

Isabela Raquel Duarte Cabral60.288\$00

Lavínia Duarte Cabral60.288\$00

Tem a pagar a quantia de 70.013\$00 quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Sobrevivência que serão amortizadas em 55 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.298\$00 e os restantes no valor de 1.321\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Maio de 2016 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 1495/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Gilvânia Joacyra Duarte Cabral, na qualidade de filha maior de João Mendes Cabral, ex-professor do ensino básico, aposentado, falecido a 28 de Maio de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º, e 70.º n.º 1 alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 60.288\$00 (sessenta mil, duzentos e vinte e oito escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha maior:

Gilvânia Joacyra Duarte Cabral60.288\$00

Tem a pagar a quantia de 70.013\$00 quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Sobrevivência que serão amortizadas em 55 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.298\$00 e os restantes no valor de 1.321\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Maio de 2016 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 1496/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Gilvan Joacy Duarte Cabral, na qualidade de filho maior de João Mendes Cabral, ex-professor do ensino básico, aposentado, falecido a 28 de Maio de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º, e 70.º n.º 1 alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 60.288\$00 (sessenta mil, duzentos e vinte e oito escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha maior:

Gilvan Joacy Duarte Cabral60.288\$00

Tem a pagar a quantia de 70.013\$00 quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Sobrevivência que serão amortizadas em 55 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.298\$00 e os restantes no valor de 1.321\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Maio de 2016 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 20 de Setembro de 2016).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, código 02.07.01.01.01. do orçamento vigente.

Extracto de despacho n.º 1497/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 1 de Setembro de 2016:

Benjamin Barreto Olímpio da Rosa, bombeiro municipal referência 2, escalão A, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia – aposentado por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 6 de Novembro de 2014 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 10 de Novembro de 2014, nos termos da alínea *a*), n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 510.660\$00 (quinhentos e dez mil seiscientos e sessenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 26 anos e 10 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Março de 2016 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 23 anos, 3 meses.

O montante em dívida no valor de 1.028.217\$00 (um milhão e vinte e oito mil duzentos e dezassete escudos), poderá ser amortizado em 300 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.544\$00 e as restantes de 3.427\$00.

A despesa tem cabimento no Código 03.13.30 do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1498/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 5 de Setembro de 2016:

Alcídia de Fátima Gomes da Fonseca Leite Évora, professora do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 740.796\$00 (setecentos e quarenta mil setecentos e noventa e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 25 de Abril de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 2 anos, meses.

O montante em dívida no valor de 37.001\$00 (trinta e sete mil e um escudos), poderá ser amortizado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.665\$00 e as restantes de 3.704\$00.

Extracto de despacho n.º 1499/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 5 de Setembro de 2016:

Manuel de Jesus Pereira de Carvalho, monitor especial referência 5, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.158.540\$00 (um milhão cento e cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 14 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1500/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 9 de Setembro de 2016:

João Monteiro Fernandes, ex-jornaleiro do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente – aposentado nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade, com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 28/2011, de 22 de agosto com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 24 anos, 11 meses e 5 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de Agosto de 2016 do Director Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 24 anos, 2 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 261.870\$00 (duzentos e sessenta e um mil oitocentos e setenta escudos), poderá ser amortizado em 437 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 270\$00 e as restantes de 600\$00.

Extracto de despacho n.º 1501/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 12 de Setembro de 2016:

Francisca de Melo, apoio operacional nível I do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente – aposentada nos termos da

alínea b) n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Agosto de 2016 do Director Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 38 anos, 6 meses e 22 dias.

O montante em dívida no valor de 416\$460\$00 (quatrocentos e dezasseis mil quatrocentos e sessenta escudos), poderá ser amortizado em 463 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 660\$00 e as restantes de 900\$00.

Extracto de despacho n.º 1502/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 12 de Setembro de 2016:

Jorge Monteiro, apoio operacional nível V do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna – aposentado nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 482.712\$00 (quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho n.º 1503/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 12 de Setembro de 2016:

Mário Fernandes Cabral, apoio operacional nível I do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente – aposentado nos termos do n.º 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 1 de julho de 2016 do Director Nacional da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 33 anos, 5 meses e 28 dias.

O montante em dívida no valor de 361.740\$00 (trezentos e sessenta e um mil setecentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 402 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 840\$00 e as restantes de 900\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 10 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1504/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 22 de Setembro de 2016:

Olímpio da Luz, pessoal auxiliar do quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde – aposentado nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 420.000\$00 (quatrocentos e vinte mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 12 de Maio de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 8 meses e 15 dias.

O montante em dívida no valor de 7.650\$00 (sete mil seiscientos e cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 7 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 642\$00 e as restantes de 1.168\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1505/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 22 de Setembro de 2016:

Manuel da Luz da Silva Lopes Gonçalves, professor do ensino secundário nível III referência 9, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.094.496\$00 (um milhão e noventa e quatro mil quatrocentos e noventa e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 24 de Agosto de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 4 anos, 5 meses e 21 dias.

O montante em dívida no valor de 185.306\$00 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e seis escudos), poderá ser amortizado em 60 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.114\$00 e as restantes de 3.088\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1506/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 22 de Setembro de 2016:

Sebastião Aquino Lopes Baptista, professor do ensino secundário assistente nível II referência 8, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 507.624\$00 (quinhentos e sete mil seiscientos e vinte e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 19 anos, 3 meses e 11 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de Janeiro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 10 anos, 9 meses e 25 dias.

O montante em dívida no valor de 531.840\$00 (quinhentos e trinta e um mil oitocentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 130 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.456\$00 e as restantes de 4.096\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1507/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 23 de Setembro de 2016:

Maria das Dores Sousa Andrade, professora do ensino básico nível III, referência 8, escalão E, do quadro de pessoal do Ministério da

Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.444.476\$00 (um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho n.º 1508/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

Maria Teresa Landim Leal, apoio operacional nível I/I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00, (cento e oitenta mil escudos sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 2 de Junho de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 25 anos, 4 meses e 27 dias.

O montante em dívida no valor de 274.410\$00 (duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e dez escudos), poderá ser amortizado em 305 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 810\$00 e as restantes de 900\$00.

Extracto de despacho n.º 1509/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

António João da Cruz, professor primário referência 3, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 492.720\$00 (quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e vinte escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 4 de Dezembro de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 4 meses e 1 dia.

O montante em dívida no valor de 203.653\$00 (duzentos e três mil seiscientos e cinquenta e três escudos), poderá ser amortizado em 54 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.048\$00 e as restantes de 3.785\$00.

Extracto de despacho n.º 1510/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

Amália Maria Vera Cruz de Melo Lopes, professora auxiliar, referência 3, escalão A, do quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.975.632\$00 (um milhão novecentos e setenta e cinco mil seiscientos e trinta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho n.º 1511/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

Paula Delgado Freitas, professora do ensino básico assistente nível I, referência 7, escalão B, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 842.604\$00 (oitocentos e quarenta e dois mil seiscientos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Julho de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 9 meses e 27 dias.

O montante em dívida no valor de 218.732\$00 (duzentos e dezoito mil setecentos e trinta e dois escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.795\$00 e as restantes de 1.823\$00.

Extracto de despacho n.º 1512/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

Joaquim dos Santos Anes, professor do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 799.128\$00 (setecentos e noventa e nove mil cento e vinte e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 9 de Novembro de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 24 anos e 27 dias.

O montante em dívida no valor de 390.587\$00 (trezentos e noventa mil quinhentos e oitenta e sete escudos), poderá ser amortizado em 155 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.443\$00 e as restantes de 3.396\$00.

Extracto de despacho n.º 1513/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

Carlos Alberto Oliveira Brito da Graça, professor do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 932.544\$00 (novecentos e trinta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Setembro de 2014 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 18 anos, 8 meses e 23 dias.

O montante em dívida no valor de 266.534\$00 (duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e quatro escudos), poderá ser amortizado em 150 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.761\$00 e as restantes de 1.777\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 14 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1514/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de Setembro de 2016:

Arnaldo Delgado, Embaixador de nível I, do quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores – aposentado nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 2.284.656\$00 (dois milhões duzentos e oitenta e quatro mil seiscientos e cinquenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1515/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 5 de Outubro de 2016:

Jorge Humberto Ferreira Lopes, professor do ensino secundário nível III, referência 8, escalão F, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com observância do Decreto-Lei nº 1/2013, de 4 de Janeiro com direito à pensão provisória anual de 1.158.540\$00 (um milhão cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Julho de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 ano, 3 meses e 8 dias.

O montante em dívida no valor de 26.268\$00 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e oito escudos), poderá ser amortizado em 7 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.558\$00 e as restantes de 3.785\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Outubro de 2016.)

Extracto de despacho n.º 1516/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 11 de Outubro de 2016:

José Pedro Nascimento Martins, assistente referência 1, escalão A, do quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.238.136\$00 (um milhão duzentos e trinta e oito mil cento e trinta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 33 anos, 8 meses e 19 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 28 de Julho de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos e 21 dias.

O montante em dívida no valor de 438.888\$00 (quatrocentos e trinta e oito mil oitocentos e oitenta e oito escudos), poderá ser amortizado em 96 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.503\$00 e as restantes de 4.583\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2016.)

Extracto de despacho n.º 1517/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 13 de Outubro de 2016:

Manuel de Nascimento de Carvalho Ribeiro, subchefe da Polícia Nacional, referência 7, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna – aposentado nos termos do artigo 5º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 1.198.704\$00 (um milhão cento e noventa e oito mil setecentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Outubro de 2016.)

Extracto de despacho n.º 1518/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 19 de Outubro de 2016:

Jorge Ramiro da Cruz Ramalho, ex-operador de 3ª classe do quadro de pessoal do ex-Correios Telegrafo Telefones de Cabo Verde – aposentado nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 12 anos e 8 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 24 de Setembro de 2010 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 2 meses e 27 dias.

O montante em dívida no valor de 52.779\$00 (cinquenta e dois mil setecentos e setenta e nove escudos), poderá ser amortizado em 60 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 859\$00 e as restantes de 880\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2016.)

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Rectificação n.º 163/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 50 de 13 de Outubro de 2016, o extrato do despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência da S. Ex^a o Secretário do Estado da Administração Pública, respeitante a aposentação de Salazar de Jesus Leite, professor do ensino secundário nível I do quadro do Ministério da Educação novamente se publica a parte que interessa.

Onde se lê:

Por despacho de 8 de Março de 2014 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação referente ao período de 4 anos e 7 meses e 11 dias

O Montante em dívida no valor de 65.625\$00 (sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e cinco), poderá ser amortizado em 35 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1875\$00 e as restantes de 1875\$00.

Deve suprimir-se

Rectificação n.º 164/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 50 de 13 de Outubro de 2016, o extrato do despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência da S. Ex^a o Secretário do Estado da Administração Pública, respeitante a aposentação de Maria de Fátima Lopes dos Reis Morais, professora do ensino básico de primeira nível III 8/E do quadro do Ministério da Educação novamente se publica a parte que interessa.

Onde se lê:

Por despacho de 29 de Maio de 2014 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação referente ao período de 2 anos e 4 meses e 23 dias

O Montante em dívida no valor de 83.249\$00 (oitenta e três mil duzentos e quarenta e nove), poderá ser amortizado em 100 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 881\$00 e as restantes de 832\$00.

Deve suprimir-se

Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 24 de Outubro de 2016. – O Director Nacional, *Guevara da Cruz*.

o

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho n.º 1519/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego:

De 9 de Setembro de 2016:

É nomeada em comissão de serviço, Sara Emília de Figueiredo Santos, licenciada em economia e mestre em economia aplicada e previsão, é designada para exercer as funções de assessora de S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego, em conformidade com o artigo 5º e alínea d) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 3º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, que alterou o artigo 97º da Lei n.º 42/2009, de 27 de julho.

O presente despacho produz efeito a partir do dia 7 de julho do corrente ano.

Extracto de despacho n.º 1520/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego:

De 9 de Setembro de 2016:

É nomeado em comissão de serviço, Vlademiro Osvaldo Almeida Marçal, licenciado em ciências da comunicação, é designado para exercer as funções de assessor do S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego, em conformidade com o artigo 5º e alínea d) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 3º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, que alterou o artigo 97º da Lei n.º 42/2009, de 27 de julho.

Extracto de despacho nº 1521/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego:

De 9 de Setembro de 2016:

É nomeado em comissão de serviço, Jorge Alberto Melício Silva, licenciado em Direito, para exercer as funções de assessor do S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego, em conformidade com o artigo 5º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014 de 10 setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de agosto, que alterou o artigo 97º da Lei n.º 42/2009, de 27 de julho, de 27 de julho.

Os presentes despachos produzem efeitos a partir do dia 1 de agosto do corrente ano.

As despesas resultantes terá cabimento na dotação orçamental inscrita na rubrica 02.01.01.01.01 – pessoal do quadro especial, no Gabinete do Ministro da Economia e Emprego.

Extracto de despacho nº 1522/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego:

De 30 de Setembro de 2016:

É dada por finda, a seu pedido, o contrato de gestão, celebrado em 5 de Janeiro de 2015, entre o Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministro da Economia e Emprego e o senhor Amílcar Aristides Pereira de Sousa Monteiro, no cargo de Diretor-Geral de Indústria e Comércio – DGIC, do Ministério da Economia e Emprego, em conformidade com os artigos 27.º e 31.º, ambos do Decreto-lei n.º 54/2009, de 4 de novembro, conjugados com o artigo 26.º do Decreto-lei n.º 6/2010, de 22 de março, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2016.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego, na Praia, aos 19 de Outubro de 2016. – O Director Geral, *Cipriano Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DA DEFESA

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1523/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Defesa:

De 12 de Setembro de 2016:

Adilson Esequiel Sena Maia Ortet, licenciado em administração, nomeado em comissão de serviço, para exercer o cargo de assessor de S. Ex^a o Ministro da Defesa, nos termos do artigo 5.º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro, conjugados com os artigos 96.º e 97.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Extracto de despacho nº 1524/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Defesa:

De 12 de Setembro de 2016:

Edson Moniz Moreno, mestre em administração internacional de empresa e idiomas, nomeado em comissão de serviço, para exercer o cargo de assessor de S. Ex^a o Ministro da Defesa, nos termos do artigo 5.º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2014 de 10 de setembro, conjugados com os artigos 96.º e 97.º da Lei n.º 42/VII/2009 de 27 de julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 02.01.01.01.01 – pessoal dos quadros especiais do Gabinete do Ministro da Defesa.

Os presentes despachos produzem efeitos a partir do dia 19 de setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1525/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Defesa:

De 15 de Setembro de 2016:

Sandra Patrícia dos Reis Silva, licenciada em ciências da comunicação vertente jornalismo, nomeada em comissão de serviço, para exercer o cargo de assessora de S. Ex^a o Ministro da Defesa, nos termos do artigo 5º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 49/2014 de 10 de setembro, conjugados com os artigos 96º e 97º da Lei nº 42/VII/2009 de 27 de julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 02.01.01.01.01 - Pessoal dos Quadros Especiais do Gabinete do Ministro da Defesa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.

Direção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Defesa, na Praia, aos 16 de setembro de 2016. – A Diretora-Geral, *Edna Pinto Tavares*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DO TRABALHO

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1526/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 14 de Outubro de 2016:

Nilsa Sandra Moniz Monteiro Gomes, apoio operacional, nível I no Gabinete da Ministra da Justiça e Trabalho, que se encontrava de licença sem vencimento de 90 dias, autorizada a regressar ao serviço, ao abrigo do disposto no artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 26 de Setembro de 2016.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos da Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça e Trabalho, na Praia, aos 27 de Outubro de 2016. – O Diretor Geral, *p/s, Fernando Tavares*.

—oço—

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E INCLUSÃO SOCIAL

Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

Extracto de despacho nº 1527/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Família e Inclusão Social:

De 18 de outubro de 2016:

Queila Sofia de Oliveira Andrade Soares, licenciada em psicologia educacional, nomeada para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegada do ICCA na Ilha do Sal, ao abrigo do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 4º e do nº 2 do artigo 5º, todos do Decreto-Regulamentar nº 1/2000, de 27 de março, conjugado com o nº 4 do artigo 7º da Portaria nº 15/2000, de 12 de junho e do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2016.

Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, na Praia, aos 18 de outubro de 2016. – A Presidente, *Maria José Alfama*.

MINISTÉRIO DA CULTURA E INDUSTRIAS CRIATIVAS

Instituto do Património Cultural

Extracto de despacho nº 1528/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas:

De 21 de Outubro de 2016:

Maria Eugénia Gomes Alves, técnica superior principal, referencia 15, escalão C, do Instituto do Património Cultural, nomeada em comissão ordinária de serviço para exercer o cargo de Diretora de Museologia e Museus, em regime de substituição, nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, conjugados com os pontos 1 e 2, do artigo 21º do Decreto-Regulamentar nº 26/2014, de 27 de Junho.

Sandra Helena Mascarenhas Lopes Martins, técnica superior de primeira, referencia 14, escalão D, do Instituto do Património Cultural, nomeada em comissão ordinária de serviço para exercer o cargo de Diretora do Património Imaterial, em regime de substituição, nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, conjugados com os pontos 1 e 2, do artigo 21º do Decreto-Regulamentar nº 26/2014, de 27 de Junho.

As despesas têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 “pessoal do quadro” do Orçamento de Estado de 2016, do Instituto do Património Cultural, com efeito a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*. (Isento de visto de Tribunal de Contas).

Instituto do Património Cultural, na Praia, aos 21 de Outubro de 2016. – O Presidente, *Charles Akibodé*.

—o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete dos Ministros

Despacho conjunto nº 1529/2016

de 3 de outubro

Os Hospitais Centrais constituem centros de referência para a prestação de cuidados de saúde mais especializados.

Considerando estar já nomeado o Conselho de Administração (CA) do referido Hospital, por despacho de S. Ex^a o Primeiro-Ministro em data de 15 de Fevereiro de 2013, conforme o determinado pelo nº 2 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 83/2005, de 19 de Dezembro, que estabelece os princípios e as normas por que se regem os Hospitais Centrais, conjugado com o nº 2 do artigo 13º dos Estatutos, ora aprovados, cumpre, nesta fase, fixar a remuneração dos membros do mesmo CA, nos termos do disposto no número 2, do artigo 21º, do supra mencionado Decreto-Lei, conjugado com o nº 2 do artigo 18º dos respetivos Estatutos.

Assim;

Nos termos do número 2, do artigo 21º do Decreto-Lei nº 83/2005, de 19 de Dezembro; e

No uso da faculdade conferida pelo nº 3 do artigo 264º da Constituição, manda o Governo da República de Cabo Verde, através dos Ministros da Saúde e da Segurança Social, e das Finanças o seguinte:

Artigo 1º

(Remuneração)

Ficam fixadas as remunerações líquidas dos membros do Conselho de Administração do HAN, dentre os administradores executivos e os não executivos, conforme a seguir se discrimina:

a) Director do Hospital, Presidente do Conselho de Administração do HAN, com a remuneração líquida de 220.000\$00 (duzentos e vinte mil escudos) mensais, sobre a qual incidem os correspondentes descontos legais.

b) Vogais executivos, com a remuneração líquida de 198.000\$00 (cento e noventa e oito mil escudos) mensais, correspondente a 90% da remuneração do PCA, sobre a qual incidem os correspondentes descontos legais.

c) Vogais não executivos, com a remuneração líquida de 33.000\$00 (trinta e três mil escudos) mensais correspondentes a 15% da remuneração do PCA, sobre a qual incidem os correspondentes descontos legais.

Artigo 2º

(Produção de efeito)

O presente despacho produz efeito retroactivos, a contar da data da tomada de posse do Conselho de Administração do HAN.

Cumpra-se.

Gabinete dos Ministros da Saúde e da Segurança Social e das Finanças, na praia, aos 3 de Outubro de 2016. – Os Ministros, *Arlindo Nascimento do Rosario - Olavo Avelino Garcia Correia*

Despacho conjunto nº 1530/2016

de 6 de outubro

O Programa do Governo para a IX Legislatura 2016 – 2021, consagra o Serviço Nacional de Saúde (SNS) como principal pilar do sistema público de saúde, com a missão de concretizar uma política centrada no cidadão e orientada para a proximidade e mais equidade no acesso aos cuidados de saúde.

Para o setor da saúde, o Programa do Governo define como prioridade os Cuidados Primários de Saúde.

No quadro do Programa MLIH – Liderança Ministerial em Saúde da Escola do governo de Harvard, foi estabelecida uma proposta metodológica de trabalho com vista a:

1. Fortalecer a promoção do dialogo político e técnico entre os Ministérios da Saúde e Ministérios das Finanças dos países em desenvolvimento, criando assim uma plataforma de cooperação para a utilização eficiente dos recursos destinados ao setor da saúde;
2. Apresentar propostas de medidas para o aumento da produtividade dos profissionais de saúde, com o objetivo de promover uma maior eficiência na utilização dos recursos alocados;
3. Identificar as ineficiências no sistema de aquisições e distribuição;
4. Desenvolver uma abordagem de delivering dos serviços e produtos de saúde aos utentes.

Este projecto tem como objectivo efetivar o dialogo político, através de uma abordagem integrada entre os setores da saúde e das finanças, numa verdadeira colaboração institucional envolvendo todos, na reestruturação das unidades prestadoras de cuidados primários de saúde, através dos apoio técnico e metodológico na implementação do projecto, orientação na definição e atualização dos indicadores, tendo em vista o alinhamento da estratégia para o seguimento e avaliação (articulação entre o planeamento, o orçamento e o programa).

Foi assim que participaram do Programa de Liderança Ministerial em Saude (MLIH) de Harvard, realizado em Pretoria – Africa do sul, uma equipa interministerial composta por profissionais do Ministério da Saude e do ministério das finanças, durante o qual elaboram um plano de intervenção para os cuidados primários de saúde, cujo o principal objectivo é promover a adoção de um novo paradigma de gestão para o reforço dos cuidados primários, com foco na família e na comunidade, trazendo maior equidade, eficiência e sustentabilidade para o sistema.

Assim, visando dar sequencia ao trabalho já desenvolvido e dar sustentabilidade ao processo de implementação do plano de intervenção referido anteriormente, os Ministros da Saúde e da segurança Social e das Finanças proferem o seguinte despacho:

1. É alargado o grupo de trabalho anteriormente existente para o reforço da Atenção Primaria, que tem como missão: melhorar o nível

de saúde da população, através da prestação de cuidados de saúde primários mais ajustados às necessidades das famílias, garantir maior acessibilidade e continuidade de cuidados, e sustentabilidade económico-financeira.

O grupo é constituído pelos seguintes técnicos:

1. Dr. Tomaz Valdez – Ministério da Saúde e da Segurança Social, que coordena;
 2. Dra. Maria da Luz Lima - Ministério da Saúde e da Segurança Social;
 3. Dra. Serafina Alves - Ministério da Saúde e da Segurança Social;
 4. Dra. Ângela Gomes - Ministério da Saúde e da Segurança Social;
 5. Dr. Elísio Silva - Ministério da Saúde e da Segurança Social;
 6. Dra. Claudia Silva - Ministério da Saúde e da Segurança Social;
 7. Dr. Lisandro Mendonça – Ministério das Finanças;
 8. Dra. Antonia Ortet - Ministério das Finanças;
 9. Dra. Maria das Dores Santos - Ministério das Finanças;
2. O plano de trabalho elaborado pelo grupo constituirá a base suporte para a implementação do reforço dos cuidados primários de Saúde, em conformidade com as orientações estratégicas do Programa do Governo;
3. O grupo tem um mandato de 24 meses, renovável, caso for necessário
4. Uma vez cumpridos os objectivos que nortearam a sua criação, o grupo será extinto por despacho conjunto dos Membros do Governo Responsáveis pela Saúde Segurança Social, e pelas Finanças.

Gabinete dos Ministros da Saúde e da Segurança Social e das Finanças, na praia, aos 6 de Outubro de 2016. – Os Ministros, *Arlindo Nascimento do Rosario - Olavo Avelino Garcia Correia*

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1531/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 28 de Julho de 2016:

Maria Teresa Teixeira Martins Lima, médica especialista em ginecologia e obstetria, nomeada, para ocupar o cargo de médica graduada escalão IV, índice 120, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, por urgente conveniência de serviço.

Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1532/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 1 de Setembro de 2016

Sílvia da Moura Jorge Ferreira, apoio operacional, nível II, nomeada, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de secretaria de S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto.

Extracto de despacho nº 1533/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 1 de Setembro de 2016

Carrina Iduarda Rodrigues Cruz Lima, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde da Praia, concedida licença sem vencimento até 3 anos, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 24 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1534/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 1 de Setembro de 2016

Celestino Mendes Gomes, nomeado, para, em comissão de serviço exercer o cargo de condutor de S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto.

Extracto de despacho nº 1535/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 1 de Setembro de 2016

Silvestre Monteiro Garcia, nomeado, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de condutor de S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto.

Extracto de despacho nº 1536/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 17 de Outubro de 2016

Joana de Pina Alves, médica geral, escalão IV, índice 100, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério de Saúde, exercendo a função de Delegada de Saúde de São Filipe, Ilha do Fogo, colocada em regime de dedicação exclusiva, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Regulamentar nº 24/97, de 31 de Dezembro.

Extracto de despacho nº 1537/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 20 de Outubro de 2016

Emanuel Pires Pereira da Silva, assistente técnico nível VIII, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Regional de Santiago Norte, transferido para o Hospital Agostinho Neto, ao abrigo do disposto da alínea a) do nº 2 do artigo 4º e no nº 1 e 3 do artigo 5º ambos de Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro.

Anulação nº 17/2016

É anulado a publicação do extracto do despacho nº 1281/2016, da técnica sénior de nível II, Edna Duarte Lopes, referente a autorização do regresso ao serviço, publicado no *Boletim Oficial* nº 47, II Série de 26 de Setembro de 2016, pelo que se deve considerar sem efeito.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 25 de Outubro de 2016. – A Directora Geral, *Serafina Alves*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

Instituto de estradas

Extracto de contrato de trabalho nº 26/2016

Nuno Miguel Gomes Vieira é contratado por tempo determinado, nos termos da alínea c) do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 5/2005 de 24 de Janeiro, rectificada em 18 de Abril do mesmo ano, para exercer as funções de técnico auxiliar, referência 101, do Instituto de Estradas, com efeitos a partir da data desta publicação.

A despesa tem cabimentação no projeto 70.06.01.03.25 “Fundo Rodoviário” na rubrica 02.01.01.01.03 – “Pessoal Contratado” do Orçamento de Funcionamento do Instituto de Estradas financiado pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviário (FAMR). – Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Outubro de 2010.

Conselho Diretivo do Instituto de Estradas, na Praia, aos 24 de Outubro de 2016. – O Presidente, *Eduardo Lopes*.

PARTE D

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

Extracto do Acórdão n.º 65/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 30 setembro de 2016:

Amândio Honório de Jesus Delgado de Brito, Juiz de Direito de 2ª Classe, colocado no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, aplicado a pena de aposentação compulsiva, nos termos das disposições combinada dos artigos 73º n.º 1, al. e) e 88º n.º 1 al. b) do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 1/VIII/2011, de 20 de junho.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 3 de Outubro 2016. – O Secretário, *Joaquim Semedo*.

PARTE E

FUNDAÇÃO CABO-VERDIANA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Gabinete do Presidente

Retificação n.º 165/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* de n.º 51 II Série, de 20 de outubro de 2016, o extrato do despacho n.º 1480/2016 da S. Exª o Presidente do Conselho de Administração, que nomeia Maria José Gomes da Veiga como Diretora de Gabinete, novamente se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

Despacho da S. Exª o Presidente do Conselho de Administração da FICASE

De 10 de Outubro de 2016

Deve-se ler:

Despacho da S. Exª o Presidente do Conselho de Administração da FICASE

De 14 de Setembro de 2012

O Presidente da Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar, *Felisberto Moreira*

—o§o—

INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE EQUIDADE GÉNERO

Direção de Serviços

Extrato do despacho n.º 1538/2016 – De S. Exª a Ministra da Família e Inclusão Social:

De 16 de Setembro de 2016:

Talina Ben' Holiel Pereira Silva, técnica superior, referência 15, escalão C, do quadro pessoal do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género – ICIEG, concedida licença sem retribuição, por um período de 1 (um) ano, nos termos do abrigo do artigo 48º ponto 1 e 2, conjugado com o artigo 1º ponto 2, ambos do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 12 de Outubro.

Instituto Cabo-verdiano para Igualdade Equidade Género, na Praia, aos 26 de Setembro de 2016. – Pel'a Direção de Serviços, *Vera Lúcia Teixeira*

PARTE G**MUNICÍPIO DO MAIO****Câmara Municipal**

Extracto de despacho nº 1539/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Maio:

De 29 de Setembro 2016

Agnelo Boaventura Silva Jorge, técnico nível III, do quadro da Câmara Municipal, licenciado em administração, contabilidade e auditoria, reconduzido em comissão ordinária de serviço no cargo de assessor de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, conjugados com nº 1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 49/2014, de 10 de setembro, nºs 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e alínea b) dos artigos 14º e 27º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Loide Eunice Morais Araújo, apoio operacional V da Câmara Municipal, nomeada em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Secretária de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, conjugados com nºs 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e alínea b) dos artigos 14º e 27º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro,

As referidas nomeações produzem efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do nº 4 do artigo 8º do Decreto-lei nº 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei nº 77/III/90, de 29 de Junho.

(Isentos do visto do Tribunal de Contas nos termos do nº 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro).

Os encargos têm cabimento na rubrica orçamental 02.01.01.01.01-quadros especiais do Gabinete do Presidente para o ano 2016 em vigor

Câmara Municipal do Maio, na Ilha do Maio, aos 4 de Outubro de 2016. – O Presidente, *Miguel Silva Rosa*.

o**MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO****Câmara Municipal**

Extracto de deliberação nº 37/2016

de 28 de Setembro

A Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, reunida na sua primeira sessão ordinária no dia 28 de Setembro de 2016, após discussão da proposta apresentada pelo seu Presidente, deliberou:

Nomear nos termos do artigo 112º nºs 1 e 2 da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o artigo 3º, do Decreto-lei nº 5/98, de 9 de Março, Socorro de Andrade Nunes, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Secretário Municipal, da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimentos na dotação inscrita no Código 02.01.01.01.01 – Direção Administração e Finanças (DAF) – Recrutamentos e Nomeações, do Orçamento Municipal para o ano económico de 2016. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Outubro de 2016).

Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, aos 20 de Outubro de 2016. – O Secretário Municipal, *João Fernandes Fontes*.

MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO**Câmara Municipal**

Extrato de despacho nº 1540/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 5 de Outubro de 2016:

Dá como findo o desempenho de cargo de Director de Gabinete Técnico da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, José Mário Gomes Nunes, com efeito a partir do dia 4 de Outubro 2016.

Extrato de despacho nº 1541/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 5 de Outubro de 2016:

Dá como findo o desempenho de cargo de Directora de Saneamento da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, Evanilsa Maria dos Reis Monteiro, com efeito a partir do dia 5 de Outubro 2016.

Extrato de despacho nº 1542/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 11 de Outubro de 2016:

Ângelo da Conceição Torres Lopes, nomeado em comissão ordinária de serviço na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, para exercer o cargo de chefe de secção, é dado por fim da comissão de serviço, com efeito a partir do dia 11 de Outubro de 2016.

Extrato de despacho nº 1543/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 11 de Outubro de 2016:

Salvador Luciano Chaves Gonçalves, nomeado em comissão ordinária de Serviço na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, para exercer o cargo de chefe de secção, é dado por fim da comissão de serviço, com efeito a partir do dia 11 de Outubro de 2016.

Extrato de despacho nº 1544/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 11 de Outubro de 2016:

Silvino de Melo Vaz, nomeado em comissão ordinária de Serviço na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, para exercer o cargo de chefe de secção, é dado por fim da comissão de serviço, com efeito a partir do dia 11 de Outubro de 2016.

Extrato de despacho nº 1545/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 18 de Outubro de 2016:

Ao abrigo do artigo 192º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, com alterações no Decreto-Legislativo nº 5/2010, de 16 de Junho que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, é concedido, à Maria de Fátima Martins dos Reis, apoio operacional nível I da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, licença sem retribuição por um período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeito a partir do dia 24 de Outubro de 2016.

Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, aos 18 de Outubro de 2016. – O Director de Gabinete, *Gil António Mendes Teixeira*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:	
<i>Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:</i>	
Extracto de publicação sociedade n° 381/2016:	
Certifica, a sociedade denominado “EQUILIBRIO E GRAÇA – SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA”	224
Extracto de publicação sociedade n° 382/2016:	
Certifica, a alteração dos artigos 3° e 4° do pacto social da sociedade “INTERCONTINENTAL CABO VERDE, LDA”	224
Extracto de publicação associação n° 383/2016:	
Certifica, para efeitos de publicação, uma associação, denominada “ASSOCIAÇÃO INCUBADORA DE TURISMO DA BOA VISTA”	225
Extracto de publicação associação n° 384/2016:	
Certifica, um averbamento de alteração dos estatutos da “ASSOCIAÇÃO PRÓ MORRO”, designada abreviadamente APM.	225
Extracto de publicação sociedade n° 385/2016:	
Certifica, narrativamente, para efeitos de publicação, as alterações à matrícula comercial “PÃO E DELÍCIAS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”	225
Extracto de publicação associação n° 386/2016:	
Certifica, narrativamente, para efeitos de publicação, uma associação denominada, “ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO”	225
Extracto de publicação sociedade n° 387/2016:	
Certifica, narrativamente para efeitos de publicação uma Cooperativa denominada “COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA – CRIADORES DAS MONTANHAS – PORTO NOVO”	225
Extracto de publicação associação n° 388/2016:	
Certifica, narrativamente, para os efeitos de publicação, a constituição da Associação, denominada “UNION ZONALE DE VOLLEYBAL – Zona II”	226
Extracto de publicação associação n° 389/2016:	
Certifica, narrativamente para efeitos de publicação, a “FCAP – Federação Cabo-verdiana de Agropecuária e Pesca”, com sede na freguesia e concelho de Santa Catarina	226
Extracto de publicação associação n° 390/2016:	
Certifica, narrativamente para efeitos de publicação, uma associação, denominada “LUA” com sede na Cidade do Tarrafal, Achada Tomás	226

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel
de São Vicente****Extracto de publicação de sociedade nº 381/2016:****CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrições em vigor nº 1705 – EQUILIBRIO E GRAÇA – Serviços Médicos, Sociedade Unipessoal, Limitada;
- c) Que foi requerida sob a apresentação nº 2 do diário do dia 17 de Agosto do corrente, por Alcides da Graça;
- d) Que ocupa folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposta o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 6 de Outubro de 2017 – Artigo 129º, nº 2 – Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março – I Serie, *Boletim Oficial* nº 20, de 24 de Maio.

(Decreto-Lei nº 70/2009, de 30 de Dezembro de 2009 - 3º Suplemento, I Série – *Boletim Oficial* nº 49).

Total: 400\$00 (quatrocentos escudos)

Conta nº 984/ 2016

**CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
COMERCIAL POR QUOTAS “EQUILIBRIO E GRAÇA –
SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA.”****Outorgante:**

Alcides Lopes da Graça, divorciado, natural de São Vicente, portador do BI 168067, NIF, 116806796, que outorga em representação e como procurador de VERÓNICA LOPES DA GRAÇA, divorciada, natural da Freguesia de Nossa da Luz, Concelho de São Vicente, de nacionalidade portuguesa, residente em Portugal, NIF 156698404, portadora do passaporte nº N008005.

E por ela foi dito que pela presente é celebrado o contrato de constituição da Sociedade de Responsabilidade Limitada sob a forma de Sociedade por Quotas, que se regerá pelos seguintes termos:

Artigo 1º**(Nome)**

A sociedade adota o nome de “EQUILIBRIO E GRAÇA – SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA.”

Artigo 2º**(Sede)**

A sociedade tem a sua sede na Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, Cabo Verde, podendo ser transferida para qualquer outro ponto do território nacional ou do estrangeiro, bem como criar filiais ou outras formas de representação dentro ou fora do país.

Artigo 3º**(Objecto)**

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços médicos e de saúde em geral.

Artigo 4º**(Duração)**

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

Artigo 5º**(Capital social)**

O capital social é de 200.000\$00 CVE (duzentos mil escudos), sendo inteiramente subscrito e realizado pela sócia única.

Artigo 6º**(Gerência)**

1. A sociedade é administrada e representada, em Tribunal e fora deste, activa e passivamente, pela sócia única Verónica Lopes da Graça, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade.

2. A gerência poderá constituir representantes ou procuradores da sociedade para a prática de certos actos ou categorias de actos.

Artigo 8º**(Lei Subsidiária)**

Para qualquer ponto que não esteja expressamente estabelecido pelos artigos presentes, aplicar-se-á o regime imperativo ou supletivo aplicável às sociedades de responsabilidade limitada, nomeadamente, o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 6 de Outubro de 2016. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

Extracto de publicação de sociedade nº 382/2016:**CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrições em vigor nº 239400704/2916620160121 – INTERCONTINENTAL CABO VERDE LDA.;
- c) Que foi requerida sob a apresentação nº 4 do diário do dia 17 de Outubro do corrente, por Cláudia Lopes;
- d) Que ocupa folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposta o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 17 de Outubro de 2017 – Artigo 129º, nº 2 – Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março – I Serie *Boletim Oficial* nº 20, de 24 de Maio.

(Decreto-Lei nº 70/2009, de 30 de Dezembro de 2009 - 3º Suplemento, I Série – *Boletim Oficial* nº 49).

CONTA Nº 969/16

Artº 22.11.2.....200\$00

Total.....200\$00

15% Selo200\$00

Total.....400\$00

(São: (quatrocentos escudos)

Alteração dos artigos 3º (objecto social) e 4º (Capital Social) do pacto social da sociedade Intercontinental Cabo Verde, Lda, matriculada sob o nº “239400704/2916620160121

Artigo 3º**Objecto social**

Actividades de agentes transitários, aduaneiros e de outras actividades apoio transporte.

Artigo 4º

Aumento capital social de 1.000.000\$00 para 5.000.000\$00 aumento de 4.000.000\$00b realizado por todos os sócios no valor de 800.000\$00 cada um ficando os sócios:

Cláudia Andréa Morais Lopes, Amílcar Cançado Ramos, Bruno Sérgio Faial da Silva, Manuel Lourenço Lima e Marco António Mota Lopes Campinha Rodrigues com uma quota de 1.000.000\$00 cada um.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 17 de Outubro de 2016. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

Conservatória e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe da Boa Vista**Extracto de publicação de associação nº 383/2016:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: ISABEL MARIA GOMES DA VEIGA

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea *b*) do nº 1 do artigo 9º da lei nº 25/VI/2003 de 21 de Julho, que foi constituída uma associação, sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO INCUBADORA DE TURISMO DA BOA VISTA”, com sede em Sal Rei, Ilha da Boa Vista, NIF 57134806, duração indeterminada, cujo seu objecto é promoção, incentivo e desenvolvimento do empreendedorismo na Boa Vista, com especial incidência nas actividades conexas ao turismo.

Direcção:

Presidente: Adei, representada pelo Srº Diogo Moeda.

Vice-Presidente: Câmara de Turismo de Cabo Verde, representada pelo Sr. Sénio Sousa.

Tesoureiro: Câmara de Comércio do Barlavento, representada pela Srª Liliane Brito.

Mesa de Assembleia Geral:

Presidente: Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, representada pelo seu presidente Sr. Avelino Lopes.

Secretário: Gestor da Incubadora, Sr, Luis Semedo.

Forma de Obrigar: Basta duas assinaturas, sendo a do Gestor da Incubadora obrigatória e outra a do presidente ou do tesoureiro.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 20 de Outubro de 2016. – A Conservadora, *Isabel Maria Gomes da Veiga*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Maio**Extracto de publicação de associação nº 384/2016:**

A CONSERVADOR/NOTÁRIO: NILTON JOSÉ DE PINA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração dos estatutos da “ASSOCIAÇÃO PRÓ MORRO”, designada abreviadamente APM, NIF 556886593, com sede na Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio e com património inicial de 26.750\$00, matriculada nesta Conservatória do Registo Comercial, sob o número 04/2014/05/13.

Em consequência, altera o artigo correspondente ao estatuto social que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo Alterado: 2º

Termo da alteração:

(Artigo 2º)

A Associação Pró Morro tem como objetivo o desenvolvimento da sociedade maense com a principal incidência nas seguintes actividades:

Recreativas;

Ensino e educação;

Emprego e formação profissional;

Proteção e defesa do meio ambiente;

Integração social e comunitária;

Desenvolvimento local;

Promoção do voluntariado;

Promoção da ética, da paz, da cidadania e outros valores universais;

Promoção da cultura;

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Maio, aos 20 de Outubro de 2016. – O Conservador, *Nilton José de Pina*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo**Extracto de publicação de sociedade nº 385/2016:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CÁTIA SOFIA TEIXEIRA ANDRADE

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial a meu cargo, encontram-se registadas as seguintes alterações à matrícula comercial 267902891/2348220130913 – “PÃO E DELÍCIAS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”, com sede em Abufador, Cidade do Porto Novo.

ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO PARA – “PÃO & DELÍCIAS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”

CESSÃO DE QUOTAS: O anterior sócio, Anelson Cláudio Pires Fortes, doa a sua quota no valor de 100.000\$00 a favor de David Andrade Bartolomeu, passando esta a ser titular duma única quota no valor de 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

SÓCIOS E QUOTAS: David Andrade Bartolomeu, solteiro, maior, residente em Roterdão, Holanda, NIF 154018554, com a quota única no valor de 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

NOMEAÇÃO DE GERENTE: Fica nomeado como gerente da sociedade o senhor Diamantino da Cruz David, solteiro, maior, titular do Bilhete de Identidade nº 234587 e NIF 123458730

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo, aos 21 de Outubro de 2016. – A Conservadora/Notária, *Cátia Sofia Teixeira Andrade*.

Extracto de publicação de associação nº 386/2016:

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CÁTIA SOFIA TEIXEIRA ANDRADE

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial a meu cargo foi constituída uma associação denominada, “ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO”, com sede na cidade do Porto Novo, freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, que tem como objectivo trabalhar no sentido de dignificar a classe profissional e contribuir para o melhoramento das condições de vida e trabalho dos condutores da Câmara Municipal do Porto Novo e dos sócios, em consonância com o poder local e demais instituições

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo, aos 3 de Agosto de 2016. – A Conservadora/Notária, *Cátia Sofia Teixeira Andrade*.

Extracto de publicação de sociedade nº 387/2016:

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CÁTIA SOFIA TEIXEIRA ANDRADE

EXTRACTO

Certifico que nesta Conservatória e Cartório Notarial, á meu cargo, foi registada em 31 de Janeiro de 2006, uma cooperativa matriculada com o número 167/2006, usando a Firma, “COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA - CRIADORES DAS MONTANHAS - PORTO NOVO”, com sede social na localidade de Bolona-Norte, Concelho do Porto Novo, podendo abrir delegações ou filiais em qualquer parte do território nacional ou no Estrangeiro.

O objecto é a criação, produção, comercialização e distribuição de carnes, leite e seus derivados.

O quadro associativo é composto pela Cáritas Cabo-verdiana com 150 títulos de 1.000\$00 cada.

Outros cooperadores, com um título de 1.000\$00 cada um.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo, aos 18 de Agosto de 2016. – A Conservadora/Notária, *Cátia Sofia Teixeira Andrade*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande de Santo Antão**Extracto de publicação de associação nº 388/2016:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: JANDIRA DOS SANTOS CARDOSO VIEIRA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para os efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea *b*) do número 1 do artigo 9.º da Lei n.º 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia doze de Maio de dois mil e dezasseis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, perante a Conservadora-Notária Dra. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, foi lavrado no livro de notas para escrituras diversas n.º 57, de folhas 18v a 19 a escritura de constituição da associação, sem fins lucrativos denominada “UNION ZONALE DE VOLLEYBAL – Zona II, NIF 271557800, tendo a duração até o ano 2019, período em que é eleito novo presidente da CAVB, tendo iniciado as suas actividades desde 4 de Janeiro de 2016, com sede social na Cidade da Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho de Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão e cujo objectivo é:

- Encorajar e promover o Voleibol na Zona II a fim de aumentar a sua popularidade e o nível de jogo;
- Administrar e governar o Voleibol em todas as suas formas, compreendido o controle e supervisão do Voleibol na Zona II;
- Assegurar a participação da Zona nas diferentes competições continentais e internacionais se possível.

Está conforme.

Isento de emolumentos nos termos da Lei.

Registado sob o n.º 516/2016

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 19 de Maio de 2016. – A Conservadora-Notária, *Jandira dos Santos Cardoso Vieira*.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina**Extracto de publicação de associação nº 389/2016:**

A CONSERVADORA: LIC. MARIA IVETE SANTOS DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi matriculada a “FCAP - Federação Cabo-verdiana de Agropecuária e Pesca, com sede na freguesia e concelho de Santa Catarina de duração indeterminada.

A Associação persegue os seguintes objectivos:

Desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da pesca, da floresta, da agroindústria e de todas as atividades do meio rural, nos seus aspetos científicos, técnicos e socioeconómicos e a defesa dos interesses dos seus associados enquanto produtores agrícolas, pecuários, pescados, florestais, agroindustriais e outros empresários.

Está conforme o original.

Registado sob o n.º 2751/2016.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 4 de Outubro de 2016. – A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago**Extracto de publicação de associação nº 390/2016:**

O NOTÁRIO: LUCIANO DUARTE DA SILVA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea *b*) do número 1 do artigo 9º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação, denominada “LUA”, com sede nesta Cidade do Tarrafal, Achada Tomás – Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, podendo por proposta da Direcção e aprovação de Assembleia Geral deslocar-la para qualquer outro ponto do território nacional ou estrangeiro, de duração indeterminada, com o património inicial de cinquenta mil escudos, tendo por finalidade:

Dar apoio as crianças, jovens mulheres e famílias de comunidades carentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social, através de programa assistenciais, preventivos e de promoção humana que se executarão mediante acções formativas e educativas com base na solidariedade e justiça, difundir, incentivar e propugnar a conscientização para fortalecimento das políticas ambientais a nível Municipal, favorecer uma rede de cooperação e participação de voluntários locais e internacionais como apoio a lua, promover, divulgar e distribuir livros e outros visuais sobre assunto ambiental em geral acções ambientais em particular, em defesa da ecologia do meio ambiente.

MEMBRO DA DIRECÇÃO.

Presidente: Giulia Boriero;

Vice-presidente: Alessandra Dani;

Tesoureira: Adelmo Gualdo Gualdi.

Secretário: Fabrizio Boriero;

Está conforme o original.

Conta registada sob o n.º 1157/2016.

Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, aos 23 de Agosto de 2016. – O Notário, *Luciano Duarte da Silva*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.